

# Por Favor, Elejam a B

O Associativismo Estudantil  
na Escola Secundária

Textos de  Educação

---

Fundação Calouste Gulbenkian  
Serviço de Educação

# **Por Favor, Elejam a B**

## **O Associativismo Estudantil na Escola Secundária**

Direcção de:  
Licínio C. Lima

Autores:  
Almerindo Janela Afonso, Carlos Alberto Gomes,  
Carlos Vilar Estêvão, Ivo Domingues,  
José Palhares, Leonor Torres,  
Licínio C. Lima, Virgínio Sá

Colaboração de:  
Custódia Rocha, Esmeraldina Veloso,  
Guilherme Silva

Textos de  educação

---

Fundação Calouste Gulbenkian  
Serviço de Educação

## ÍNDICE

Nota de Apresentação .....	7
1. Introdução	
Entre Presenças Intermitentes e Estruturas Ausentes .....	11
<i>Licínio C. Lima</i>	
2. Associativismo Estudantil no Ensino Secundário e Reprodução	
Política das Organizações Partidárias de Juventude .....	27
<i>Carlos Alberto Gomes e Licínio C. Lima</i>	
3. Associações de Estudantes em Contexto Escolar: A Construção	
Sociológica de uma Singularidade Organizacional .....	75
<i>Carlos Vilar Estêvão e Almerindo Janela Afonso</i>	
4. O Associativismo Estudantil numa Escola Secundária:	
Estruturas, Práticas e Paradoxos .....	113
<i>Ivo Domingues, Leonor Torres e Virgínio Sá</i>	
5. A Participação Estudantil em Eleições Associativas	
no Ensino Secundário .....	147
<i>José Palhares</i>	
Anexos	
I. Relatório de um Seminário .....	191
<i>Guilherme Silva e Custódia Rocha</i>	
II. Outros Documentos .....	202
<i>Esmeraldina Veloso</i>	

Reservados todos os direitos de acordo com a lei  
Edição da  
Fundação Calouste Gulbenkian  
Av. de Berna / Lisboa

Depósito Legal: 127019/98  
ISBN: 972-31-0804-6

## NOTA DE APRESENTAÇÃO

*O presente trabalho é resultante de um projecto de investigação designado Associativismo Estudantil e Organização Escolar no Ensino Secundário, tendo sido desenvolvido, entre 1990 e 1994, por uma equipa de investigadores pertencentes ao Grupo de Sociologia da Educação e Administração Educacional do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.*

*O projecto foi financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, através do seu Serviço de Educação, na sequência de um concurso nacional de projectos de Investigação em Educação, tendo ainda contado com o apoio do Centro de Estudos em Educação e Psicologia da Universidade do Minho, no âmbito do qual foi realizado após inscrição numa linha de investigação mais ampla e em articulação com outros projectos, sob a designação genérica de “Instituições, Organizações e Contextos Educativos: Políticas, Racionalidades e Práticas”.*

*A equipa de investigação foi constituída por Almerindo Janela Afonso, Carlos Alberto Gomes, Carlos Vilar Estêvão, Esmeraldina Veloso, Ivo Domingues, José Palhares, Leonor Torres, Licínio C. Lima (director) e Virgínio Sá, tendo na última fase contado ainda com a colaboração de Custódia Rocha e Guilherme Silva, que entretanto passaram a integrar o Grupo de Sociologia da Educação e Administração Educacional.*

*Ao longo de quatro anos a equipa procedeu ao estudo teórico e empírico do associativismo estudantil no ensino secundário, conferindo prioridade às dimensões de análise sociológica e organizacional dos contextos organizacionais escolares, tendo para o efeito levado a cabo várias iniciativas, de que se destaca a opção metodológica pela realização de dois estudos de caso em escolas secundárias do distrito de Braga. Para além de outras realizações, descritas mais adiante no capítulo de introdução, realça-se desde já a realização do Seminário “Associativismo Estudantil e Organização Escolar no Ensino Secundário” (Braga, 21 e 22 de Maio de 1993), a apresentação e discussão de dados preliminares da investigação através da realização do Simpósio “Associativismo Estudantil na Escola Secundária”, no II Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (Braga, 29 de Novembro de 1992), a participação em diversos encontros e reuniões, a elaboração de relatórios periódicos de progresso e a publicação de um primeiro trabalho científico relativo à intervenção das organizações partidárias de juventude no associativismo estudantil (Gomes & Lima, 1992). Em articulação com este*

projecto, ainda que de forma mais autonomizada, encontram-se em fase de apresentação na Universidade do Minho uma dissertação de mestrado e um trabalho de síntese no âmbito de provas de aptidão pedagógica e capacidade científica.

Ainda que dificilmente dando conta da grande massa de dados recolhidos, de distinta proveniência e através de processos diversificados (questionários, entrevistas, observações directas, análise de documentos escritos e áudio-visuais, notas de campo, etc.), e sobretudo da complexidade e dificuldade de um objecto de estudo quase ignorado entre nós, o trabalho que agora se apresenta procura constituir-se como relatório científico do projecto e como ponto de chegada, possível, construído através de contribuições e aproximações plurais que focalizam apenas algumas das muitas vertentes passíveis de análise. Daí se ter optado por não apresentar formalmente uma conclusão final, deixando-a como que em aberto, o que não impede nem dispensa os autores de, em cada texto, se responsabilizarem pela elaboração de linhas conclusivas passíveis de confronto no quadro mais global do relatório e que a introdução procurará considerar e articular.

Aquelas linhas remetem, em síntese, para as seguintes vertentes e níveis de análise: (1) as dimensões políticas e partidárias, no cruzamento das organizações partidárias de juventude com as associações de estudantes, através da análise dos discursos sobre os princípios e as orientações daquelas, mas também dos discursos sobre as suas práticas (segundo capítulo, por Carlos Gomes e Licínio C. Lima); (2) o debate teórico, empiricamente referenciado, sobre a especificidade sociológica e organizacional das associações de estudantes em contexto escolar, numa tentativa de articular dimensões pertinentes à sua definição e caracterização (capítulo terceiro, por Carlos Estêvão e Almerindo Afonso); (3) as estruturas e as práticas de gestão e de participação associativas no contexto de uma escola secundária, procurando alcançar uma visão dinâmica dos quotidianos escolares/associativos, captar o ethos de uma gestão associativa e questionar mesmo, a partir da acção, a existência de um "associativismo estudantil" (capítulo quarto, por Ivo Domingues, Leonor Torres e Virgínio Sá); (4) a participação dos alunos em eleições associativas, procurando caracterizar os processos eleitorais nas escolas, estudar a composição das listas concorrentes, os perfis dos candidatos à presidência da direcção e a forma como decorreram as campanhas, recorrendo a uma pluralidade de fontes e considerando ainda o estudo das representações dos alunos (quinto capítulo, por José Palhares).

O trabalho termina com a apresentação, em anexo, de alguns dados documentais considerados pertinentes, elaborados e/ou organizados por Custódia Rocha, Esmeraldina Veloso e Guilherme Silva.

A terminar esta breve apresentação, queremos agradecer o apoio financeiro que nos foi concedido pela Fundação Calouste Gulbenkian e o acolhimento que o projecto mereceu por parte do seu Serviço de Educação.

Um agradecimento, também, ao Centro de Estudos em Educação e Psicologia da Universidade do Minho por todos os apoios disponibilizados, designadamente em recursos bibliográficos, em meios informáticos e outros equipamentos.

Uma palavra final de sincero reconhecimento a um vasto conjunto de pessoas que permitiram a realização da investigação e que não podemos nomear de forma individualizada: os dirigentes associativos e os alunos das duas escolas estudadas; os dirigentes nacionais e distritais das organizações partidárias de juventude que entrevistámos (JC, JCP, JS, JSD); os docentes dos conselhos directivos e pedagógicos, coordenadores dos directores de turma e outros docentes, nas referidas escolas; os antigos alunos e antigos dirigentes associativos entrevistados; todos os participantes no Seminário realizado em 1993 (alunos, professores, pais e encarregados de educação, representantes locais das organizações partidárias de juventude, investigadores e comentadores, e representantes dos organismos oficiais); todos os colegas que participaram no Simpósio realizado no âmbito do II Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, em 1992; todas as pessoas que, por diversas formas, colaboraram connosco na disponibilização de fontes documentais, na produção de materiais e seu registo e organização, na transcrição de entrevistas e de outras gravações, e ainda na introdução de dados informáticos.

Braga, Novembro de 1995

L.C.L.

1.  
**INTRODUÇÃO**  
**ENTRE PRESENCAS INTERMITENTES**  
**E ESTRUTURAS AUSENTES**

**Licínio C. Lima**

Em Portugal, a investigação em Educação poucos estudos tem dedicado aos alunos, e designadamente ao seu associativismo, não obstante a emergência de novas/renovadas categorias políticas e sociais como “juventude” ou “associativismo juvenil” que embora genericamente os incluam, raramente os autonomizam enquanto objecto de investigação.

Tratando-se dos alunos do ensino não superior, e especificamente do estudo das suas concepções e práticas associativas em contexto escolar, pode mesmo afirmar-se que a investigação é quase inexistente, o que desde logo remete para o problema da própria construção e identificação de um objecto de estudo e da sua focalização do ponto de vista teórico e disciplinar. E isto mesmo quando os apelos retóricos, seja do ponto de vista político ou mais marcadamente pedagógico, e até a produção normativa, não deixam de reiterar a importância conferida à participação estudantil e à educação para a democracia e de reconhecer, e regulamentar, a intervenção das associações de estudantes na representação e defesa dos interesses dos alunos.

Neste contexto, a investigação realizada não aspira a mais do que a constituir-se como uma contribuição parcelar, seja do ponto de vista teórico seja do ponto de vista empírico, limitando-se a uma aproximação assumidamente mais problematizante do que conclusiva e mais orientada por uma agenda disciplinar específica (no caso uma Sociologia das Organizações Educativas e da Administração Educacional) do que por uma perspectiva mais globalizante ou de carácter interdisciplinar. Consequentemente, o objecto em análise é construído e focalizado a partir daquela orientação e o estudo é conduzido por forma a procurar alcançar respostas possíveis a interrogações que ganham sentido nesse exacto contexto, e sobretudo em função das perspectivas teóricas adoptadas, sem pretensões de síntese ou de integração das diversas perspectivas convocáveis para a dilucidação de uma realidade socio-educativa por natureza polifacetada.

De resto, a perspectiva invocada permite esclarecer as razões que presidiram à selecção do tema e à decisão de realizar a investigação, também em

boa parte radicadas em interesses, experiências e realizações anteriores da equipa de investigação, destacando-se um já longo percurso caracterizado pela realização de trabalhos, individuais e colectivos, em áreas como a participação discente, a organização e a administração das escolas, o poder dos alunos e o estudo das suas representações sociais, a socialização normativa e comportamental, a gestão da (in)disciplina em contexto escolar, o associativismo e a intervenção socioeducativa, entre outros.

Estes e outros estudos, em curso, têm vindo a ser orientados segundo uma perspectiva teórica que confere igual importância a dois planos organizacionais analíticos que temos designado por “plano das orientações para a acção” e “plano da acção” (Lima, 1991a), assim conduzindo a uma focalização pluridimensional da organização escolar e das distintas regras, externa e internamente produzidas pelos actores.

Ao admitir-se, no plano teórico, que a acção organizacional em contexto escolar não ocorre apenas, e necessariamente, por referência às regras formais instituídas, mas que os actores escolares dispõem de *margens de autonomia relativa* e de capacidades estratégicas para a produção de regras distintas, alternativas, ou mesmo antagónicas, relativamente às primeiras, a organização escolar é conceptualizada não só como *locus* de reprodução normativa mas também enquanto *locus* de produção de regras organizacionais (Lima, 1991b).

Neste quadro, o estudo da organização escolar é realizado por referência a um *corpus* de regras de distinta proveniência e de alcance variável, com traduções igualmente diversas no plano da acção, onde os actores actualizam regras *hetero* e *auto* produzidas. A identificação e análise de tais regras, bem como o estudo do seu impacto na acção organizacional efectiva, exigem a consideração da escola enquanto realidade empiricamente referenciável, em construção e estruturação, e não apenas como realidade jurídica-normativa pré-definida, estruturalmente e morfológicamente estável e congruente, como tradicionalmente nos foi apresentada por perspectivas analíticas de tipo racionalista.

Especialmente atenta aos fenómenos de recontextualização, de criação e de recriação de regras, e às dimensões culturais e simbólicas, esta perspectiva afasta concepções meramente morfológicas e fixistas de “estrutura organizacional”, possibilitando novos olhares sobre a escola como organização. Sem ignorar os constrangimentos e os limites impostos por certos tipos de estruturas e de regras (formais-legais e outras), o analista parte em busca de decisões e de acções não necessariamente, ou totalmente, subordinadas pela

força da imposição normativa que releva das primeiras, admitindo a identificação de estruturas e de regras *ocultas* ou *invisíveis* em termos formais, ausentes dos regulamentos e dos organigramas.

Só o estudo da organização escolar enquanto constelação complexa e plurifacetada feita de práticas sociais, habitada por pessoas, atravessada por racionalidades, projectos e interesses plurais, por vezes antagónicos, subordinada a distintas ordens concorrentes, ora acentuando articulações e conexões entre os seus elementos constituintes, ora promovendo desarticulações e desconexões entre eles, parece capaz de devolver à escola a complexidade teórica e analítica, e a dimensão política, que os modelos de análise de tipo funcionalista contribuíram para diluir (Lima, 1995).

O estudo do associativismo estudantil na escola secundária envolve, no quadro da perspectiva teórica aqui sinalizada, a consideração das dimensões organizacionais que caracterizam, por um lado, as estruturas e as práticas associativas e, por outro, a organização e a administração da escola secundária. Dois referenciais que, do ponto de vista teórico, parecem bem distintos, apelando para lógicas de estruturação e para regras organizacionais aparentemente pouco compatíveis, e ainda com a agravante de nos surgirem normativamente definidas como articuláveis num mesmo contexto socio-organizacional e até como mutuamente reforçadoras no que à educação dos alunos diz respeito.

Ora é exactamente aqui que ganha especial relevo o estudo das concepções e das práticas associativas em contexto organizacional escolar e a procura de articulações/desarticulações relativas entre a escola como organização formal e complexa, com as suas hierarquias e regras formais, e a associação de estudantes nela encravada (associação de estudantes da escola...) e teoricamente definível como “configuração estrutural simples” ou até como “configuração adhocrática” (Estêvão & Afonso, 1995: 542), isto é, menos formalizada e hierarquizada e mais facilmente inventável e manejável pelos seus associados.

### 1. As associações por dentro, dentro das escolas

O estudo do enquadramento jurídico e formal das associações de estudantes, embora indispensável, oferece-nos uma versão oficial e normativa dos fenómenos associativos, mais centrada nos textos de referência do que nas realizações efectivamente concretizadas no “plano de acção”, e ainda relativamente descontextualizada. Neste sentido considerou-se indispensável

estudar as associações *por dentro* e atender aos seus contextos mais imediatos (as respectivas escolas), tendo-se conferido prioridade ao acompanhamento sistemático e intensivo, durante dois anos, dos quotidianos associativos em duas escolas secundárias, urbanas, do distrito de Braga.

A escolha recaiu sobre duas escolas que têm sido profundamente estudadas pela equipa de investigação (num dos casos desde 1982) no contexto de vários projectos de investigação, assegurando deste modo um conhecimento, até histórico, mais aprofundado e uma perspectiva holística, indispensáveis à realização de estudos de caso e favorecedores da adopção de dispositivos metodológicos de tipo etnográfico. Este capital de conhecimentos e de contactos anteriores permitiu, com alguma facilidade, negociar junto de professores e alunos, e de órgãos escolares, condições muito favoráveis à realização do estudo, a ponto de se poder afirmar que os investigadores conseguiram aceder a áreas de observação e a informações geralmente vedadas aos não-membros, quando não mesmo ocultadas dos seus olhares indiscretos.

Embora realizados de forma articulada, teoricamente unificados e objecto de cotejo permanente, cada um dos estudos de caso foi conduzido por um subgrupo de investigadores e seguiu o seu curso próprio, assim acautelando especificidades e mesmo a realização de iniciativas que nem sempre se demonstraram possíveis de replicar metodologicamente uma vez concretizadas numa das associações estudadas.

O seminário de investigação realizado em 1993 viria, contudo, a permitir um confronto entre os dois casos, devolvendo dados preliminares da investigação e, sobretudo, pistas de reflexão e de interpretação, a um conjunto alargado (cerca de cinquenta) de actores das duas associações/escolas observadas.

Garantiu-se, deste modo, a presença dos investigadores e a observação directa de reuniões das direcções associativas, de sessões de trabalho, de tomadas de posse, de campanhas eleitorais, votações e escrutínios, e ainda a participação em realizações diversas (palestras e debates, convívios, festas e jantares, bailes de finalistas, torneios desportivos, exposições, etc.). Esta estratégia foi complementada pela realização de entrevistas a alunos, antigos alunos/dirigentes associativos e a professores, por um inquérito por questionário dirigido a alunos das duas escolas (cerca de mil e seiscentas respostas) e pela análise de materiais diversos (propaganda eleitoral, programas, registos vídeo e audio, cadernos eleitorais, correspondência, actas de reuniões, etc.).

Acedeu-se, desta forma, a associações em acção, a presenças e a ausências, a incidentes e casos mais ou menos considerados críticos, e a um uni-

verso de relações, de obstáculos e impasses que marcam indelevelmente as práticas associativas num contexto escolar regulado, internamente, pelos professores e pelos órgãos de gestão escolar e, externamente, por uma administração centralizada do sistema escolar, mas também por orientações políticas e intervenções de outras instâncias relevantes (partidos políticos e organismos oficiais, entre outras). A vertente etnográfica concedeu, naturalmente, prioridade ao *interior* da organização escolar, em busca dos tempos e dos espaços ocupados pelas associações, das suas realizações e das suas capacidades de intervenção e mobilização dos alunos. Sem ignorar o(s) lado(s) de *fora* e as relações *externas*, mas focalizando-os a partir das lógicas dos actores organizacionalmente localizados.

Outros estudos, centrados na intervenção das organizações partidárias de juventude e dos organismos oficiais, bem como no movimento associativo juvenil/estudantil, procuraram ainda disponibilizar dados passíveis de cruzamento com os primeiros e contextualizar, em termos macro-analíticos, os fenómenos mais tipicamente escolares/organizacionais, assim escapando à sua insularização. Este diálogo permitiu relevar particularismos e especificidades mas, simultaneamente, atender a linhas de força e a regularidades de âmbito mais vasto, na tentativa de contribuir para o estudo do associativismo estudantil na escola secundária em Portugal; não através de generalizações ou de procedimentos de tipo inferencial que a estratégia metodológica adoptada não autoriza, mas através de contextualizações e da aposta na possível transferibilidade e plausibilidade da análise, tendo em vista o estudo de outros casos e o conhecimento mais alargado e compreensivo de um fenómeno social e escolar.

É dentro destes limites que a presente contribuição deve ser lida, privilegiando o aprofundamento dos casos estudados, em contexto, e menos o seu alcance ou a sua eventual “representatividade” face a um universo de associações e de associativismos que teoricamente se entende como plural e heterogéneo, e relativamente ao qual os casos agora estudados jamais se constituirão como “amostras” ou se configurarão, sequer, como casos paradigmáticos.

## 2. Sob o signo da independência e da autonomia

Juridicamente consagradas e formalmente regulamentadas, a independência e a autonomia das associações de estudantes do ensino secundário representam referências omnipresentes nos diversos discursos produzidos

pelos diversos actores. Referências sobretudo retóricas, como se pode concluir da investigação, já que são múltiplos e profundos os constrangimentos e os controlos efectivos que impendem sobre as práticas associativas.

Do ponto de vista *externo*, as “novas estratégias” concebidas e actualizadas nos últimos anos pelas organizações de juventude dos partidos políticos (cf. Gomes & Lima, 1992) não conduziram de facto a uma ruptura com a tradicional “lógica de partidarização” do associativismo no secundário, antes afinaram e sofisticaram a sua intervenção e presença, discursivamente apresentada sob o signo da despartidarização, do apoio e da prestação de serviços. Uma estratégia de capitalização política, sobretudo na base da possibilidade de reclamarem vitórias (e de evitarem a imputação de derrotas) que, é justo reconhecer, serve frequentemente os interesses e as necessidades de muitas listas concorrentes nas escolas, ao fornecer meios e recursos diversos para as campanhas e ao contribuir para a animação, por vezes espectacular, dos períodos eleitorais.

Esta dupla instrumentalização (dos partidos para com as listas, mas também das listas concorrentes para com os partidos “apoiantes”), configura uma transacção aparentemente aceitável para as partes, e racional, que à primeira vista não acarreta maiores formas de controlo político-partidário, possibilitando pelo contrário uma produção discursiva, dos dois lados, assente na ideia de autonomia e de independência. Em todo o caso, foi possível chamar a atenção para formas de controlo *indirecto*, ou *remoto*, do associativismo estudantil por parte dos OPJ; não tanto através de uma partidarização directa e imediata, ou pela existência de uma prestação de contas ou de uma avaliação dos exercícios das listas vencedoras (que nunca ocorreram nos casos estudados), mas antes pela introdução de lógicas e de interesses partidários, ainda que difusos ou invisíveis, nos territórios associativos e pelos constrangimentos que daqui relevam (até pelo facto de não serem abertamente reconhecidos e assumidos) a uma reinvenção das práticas associativas e a uma alteração das lógicas de competição eleitoral.

Também a recente, e crescente, intervenção de certos organismos oficiais, com destaque para o Instituto da Juventude, não deixa de enquadrar as práticas associativas, mesmo quando a sua acção é apresentada como factor, indispensável, de desenvolvimento e de apoio. Os programas concebidos e as regras estabelecidas, os requisitos formais e processuais, e até alguma formação disponibilizada, não deixam de se constituir como elementos de socialização e de controlo, mesmo que indirecto, ora fornecendo meios de afirmação para uma actuação mais interveniente e participativa, ora balizan-

do essa intervenção através de determinadas concepções de associativismo e institucionalizando certas práticas associativas, e não outras.

Mas é sobretudo quando se focaliza o contexto organizacional escolar que a independência e a autonomia das associações de estudantes emerge como discurso fortemente retórico, incompatível com as práticas estudadas e mesmo com boa parte das produções discursivas dos actores escolares. Seja no plano normativo e no da participação-representação dos alunos, praticamente à margem dos principais órgãos e processos de decisão a nível escolar, seja no domínio das condições materiais (espaços e meios), seja finalmente em praticamente tudo o que é pensável e realizável enquanto actividade associativa e que invariavelmente carece de *autorização superior* das autoridades escolares.

Coincidindo com a categoria organizacional de “subordinados” (não obstante a distinta categorização pedagógica), os alunos dirigentes associativos encontram-se fortemente dependentes da “abertura” e da “boa vontade” dos órgãos e responsáveis escolares; enquanto “dirigentes” e representantes legítimos dos alunos vêm a dimensão política da sua actuação subordinada à vertente *pedagógica* (e até disciplinar) e sempre que esta é invocada logo lhe pode ser conferida conotação *política*, facilmente tornada incompatível com os normativos e regulamentos em vigor e ainda com regras *pedagógicas* consideradas incontornáveis. Acresce ainda o facto de a função de representação dos alunos sair diminuída junto de vários órgãos escolares, onde realmente os alunos se fazem representar por elementos que não provêm dos órgãos associativos.

Verdadeiros “apêndices orgânicos” (Domingues, Torres & Sá, 1995: 558), as associações debatem-se ainda com problemas de mobilização dos seus associados e com fragilidades organizativas que, sobretudo por confronto com a organização escolar, lhe retiram credibilidade institucional, força de pressão e capacidade de intervenção (meso)política.

A representação jurídica-normativa, e discursiva (por parte de certos sectores), da independência e da autonomia das associações de estudantes não tem tradução minimamente consistente no plano da acção, donde releva uma imagem de forte dependência hierárquica, uma capacidade de iniciativa e de mobilização diminuída e quase sempre vigiada ou tutelada. A menos que ocorram situações excepcionais, movimentações a nível nacional e lutas estudantis, mais dificilmente controláveis do ponto de vista organizacional, embora nesses casos geralmente atravessadas por influências e pressões também nem sempre compatíveis com a imagem projectada de independência e de autonomia.

### 3. De campanha em campanha

A visibilidade social e escolar da associação de estudantes, mesmo quando focalizada a partir da sua expressão no contexto da organização escolar em que se encontra sediada, é genericamente dependente dos calendários escolares e, sobretudo, dos calendários eleitorais. Com efeito, durante o longo período (anual) que medeia a realização dos actos eleitorais para os órgãos associativos, a imagem que chega a sobrepor-se a todas as outras é a da quase *invisibilidade* da associação. Frequentemente, alunos e professores não chegam a dar-se conta da existência de uma associação e de órgãos associativos, até que, por ritmo ciclicamente marcado, esta ausência percebida é bruscadamente interrompida para ser substituída por uma presença breve, mas apoteótica, capaz de mudar a face da escola e de quebrar, transitoriamente, as rotinas escolares marcadas ao ritmo dos horários lectivos, das respectivas unidades medidas em períodos de cinquenta minutos e dos movimentos originados pelos toques inexoráveis de uma campanha.

De súbito, a escola parece agitar-se, um pouco à semelhança do que ocorre no mundo dos adultos em período eleitoral, de tal forma que o processo eleitoral emerge como um verdadeiro acontecimento “marcado por práticas (não reprimidas) diferenciadoras do quotidiano da escola” (Palhares & Veloso, 1995: 551). A escola, *in fieri*, abre parêntesis para um espaço breve mas expressivo, totalmente protagonizado pelos alunos, durante o qual cede institucionalmente para institucionalmente comportar (e ainda que vagamente controlar) a festa eleitoral. Em graus variáveis, e mesmo quando do ponto de vista de alguns professores se assiste a uma *perturbação da vida escolar*, as autoridades escolares manifestam maior tolerância face a ocorrências consideradas típicas das campanhas eleitorais e, como tal, limitadas no tempo.

Capazes de mobilizarem recursos e apoios avultados, e até inesperados, as listas concorrentes e seus apoiantes animam incessantemente o espaço escolar e mobilizam os alunos, sobretudo os mais novos e também as alunas que, paradoxalmente, surgem quase sempre subrepresentados na composição das listas concorrentes. As dimensões festivas e de espectáculo sobrepõem-se à apresentação e discussão de programas e ideias, e ao confronto entre projectos associativos, reproduzindo mimeticamente estratégias de *marketing* eleitoral e formas de apelo ao voto típicas das campanhas dos partidos políticos; por vezes com maior criatividade e ingenuidade, mas quase sempre mais desprovidas de referenciais político-ideológicos. Quando estes são descortinaáveis, quase sempre mais implícitos do que explícitos nos discursos

e materiais de campanha, revelam invariavelmente a presença difusa de partidos políticos através das respectivas organizações de juventude; uma presença mais ou menos discreta, ou mesmo ocultada, que não deixa de contribuir para a mobilização do jogo eleitoral e para a animação da competição, fazendo do espaço associativo um potencial contexto de reprodução política e partidária (Gomes, 1995: 567).

Porém, dentro da lógica organizacional escolar, a campanha parece representar um fim em si mesmo, e não um meio de conquistar uma legitimidade e uma liderança estudantis que possibilitem a consecução de certos projectos e objectivos. Mobilização efémera e animação intermitente, a campanha representa simultaneamente um movimento de apogeu e de queda, pois o acto eleitoral propriamente dito, o processo de contagem de votos, o impacto dos resultados e a celebração da vitória, representam já o início da fase de desmobilização, de disforia e mesmo de relativa apatia, a partir da qual tudo volta à *normalidade* das rotinas escolares. Até que, volvido um ano, a agitação da campanha possa de novo ressurgir das cinzas, qual Fénix com prazos marcados.

Na economia do tempo escolar, e sobretudo do corpo de regras instituídas e dos impactos admissíveis da participação estudantil, o período de campanha representa uma válvula de escape e um momento de descompressão, tanto mais aceitável do ponto de vista das hierarquias organizacionais quanto mais circunscrito e limitado no tempo e nos seus efeitos.

Sem maiores consequências na organização, este ritual democrático e participativo tende a esgotar-se no momento da sua celebração; entre campanhas pode ser difícil identificar a acção associativa, num ambiente de generalizada “participação passiva”, ou até mesmo de “não-participação” (Lima, 1988; Lima & Afonso, 1990), que de resto é inaugurado logo a partir do acto eleitoral através de elevados índices de abstenção. As iniciativas realizadas ao longo do ano lectivo tendem a ser desenvolvidas de forma avulsa e raramente conseguem congregar em seu torno uma participação generalizada, à excepção de certas actividades desportivas e de algumas festas e convívios que ocorrem em períodos tradicionais, mas que mesmo assim se dirigem claramente a grupos específicos de alunos.

E daqui resulta uma espécie de presença intermitente da associação e seus órgãos dirigentes, e sobretudo das acções empreendidas; uma realidade *dentro*, mas simultaneamente ao *lado*, das actividades escolares regulares, donde resulta um estatuto de grande ambiguidade e fluidez que talvez pudessem vir a ser criativamente explorado mas que, na prática, se mantém com carácter dilemático e relativamente paralisante.

Espaço de convivialidade limitado e pontual, com manifestas dificuldades de se cruzar com outras redes e formas de sociabilidade *internas* e *externas* à escola, e cumprindo uma função de representação estudantil mais retórica do que efectiva, e reconhecida, a associação, não obstante, permanece e anualmente vai conseguindo realizar o quase *milagre* do seu renascimento para logo sucumbir perante as crónicas dificuldades de sobrevivência e afirmação. E assim se vai reproduzindo um paradigma associativo em crise permanente, mas permanentemente reactualizado e até ao momento incapaz de romper com o passado e de encontrar alternativas de mudança. Tudo à semelhança, de resto, do que vem ocorrendo com a própria organização escolar e relativamente à qual a associação de estudantes não pode ser focalizada de forma isolada e independente.

#### 4. Dilemas organizacionais

Uma das imagens que mais fortemente emergiu do ponto de vista analítico, ao longo da investigação, foi a das associações de estudantes como “potenciais contextos sociais sem actores e sem território” (Estêvão & Afonso, 1995: 542). A sua já aludida *invisibilidade* na acção e a sua presença intermitente, a ritmo bem marcado pelos períodos eleitorais, configura as associações como uma espécie de “estruturas ausentes”, não apenas enquanto realidades para além do organigrama da escola, mas mesmo enquanto expressões permanentes de carácter cultural e simbólico e como práticas sociais recorrentes.

Daqui releva uma situação fortemente dilemática do ponto de vista organizacional, e educativo, em boa parte responsável por ambiguidades, obstáculos e impasses que singularizam as associações de estudantes; o seu crescente número, no universo das escolas secundárias, e a sua institucionalização, ocorrem a par da sua *naturalização* e rotinização, parecendo enfraquecê-las enquanto contextos sociais de intervenção estudantil e diluí-las e vulgarizá-las, de tal forma que se pode tornar difícil identificá-las e reconhecê-las na acção ou mesmo imaginar como a escola seria diferente sem a sua existência. E, não obstante, a sua existência não é indiferente segundo as lógicas pedagógicas e organizacionais, e mesmo segundo os discursos e a vontade expressa, reiteradamente, pelos alunos que, no mínimo, procedem invariavelmente à sua constituição e à eleição dos respectivos órgãos. Constituição que chega a ser incentivada e apoiada pelos órgãos escolares quando a associação é ainda inexistente.

Mas a ideia de associação como universo de associados, reunidos em torno de interesses, projectos e objectivos, eventualmente plurais, revela-se uma imagem hiper-racionalizada que não encontra correspondência no universo das práticas. Esta representação colectiva e participativa de associação surge diluída, até porque raramente encontra tradução empírica, a não ser em actos eleitorais marcados por forte abstenção, ou na aventura da realização de assembleias gerais, muito difíceis de concretizar face à não participação generalizada dos alunos. E também por isso se assiste a uma identificação entre “associação” e “ direcção da associação”, por parte de alunos e de professores, tomando a parte pelo todo na tentativa, ainda assim, de encontrar uma referência mais visível e mais presente de uma realidade marcada pela fluidez e pela ausência. O próprio estatuto de membro ou associado é igualmente vago e até mesmo a identificação de um colectivo dirigente se pode tornar problemática pois, após a eleição, é frequente a direcção ver-se repentinamente reduzida a dois ou três elementos activos.

Profundamente marcada pelo seu carácter informal, apresentando uma configuração simples, afirmando-se de forma intermitente na acção, despojada de meios materiais e de recursos organizativos, rompendo com lógicas de racionalidade administrativa e com formalismos e rituais processuais, a associação existe para além de toda a racionalidade técnica e instrumental, parecendo contrariar qualquer lógica organizacional clássica. E no entanto existe, e persiste, independentemente dos resultados alcançados, da representação efectiva de interesses, das realizações levadas a cabo, do poder reivindicativo, etc. Uma existência a maior parte das vezes difusa e discreta, quer junto dos professores e dos órgãos escolares, quer junto dos alunos, aparentemente incapaz de competir com outros interesses e com outras práticas juvenis, e dificilmente sendo capaz de se articular com eles. Como se a sua mera existência formal, na prática traduzida por uma grande informalidade de processos, bastasse para corresponder às ideias da importância educativa das associações de estudantes, de que os alunos devem ter os seus representantes legítimos, de que na escola se pode aprender a democracia.

Enquanto organização, ou mesmo simples dispositivo organizacional formal, de tipo racional-burocrático, sujeito a planeamento e a orientação estratégica minimamente definida, internamente articulado, com objectivos definidos, com uma tecnologia própria, com uma estrutura de autoridade, com divisão social do trabalho associativo e respectivas assimetrias de poder e de influência, a associação de estudantes dificilmente pode ser interpretada. Não obstante o seu estatuto jurídico e respectiva regulamentação, e algu-

mas regras formais minimamente reproduzidas em momentos imprescindíveis à sua constituição e reprodução, a associação assemelha-se a uma *quase-organização* caracterizada pelo seu horror ao formalismo e a toda a lógica organizacional e racional tradicional.

Não se afirma, na prática, como instrumento privilegiado da perseguição de objectivos e de interesses, nem parece retirar legitimidade acrescida da sua eventual consecução. Existe para além da acção, como ideia minimamente valorizada, para corresponder a expectativas sociais e à possibilidade legal da sua existência e aos requisitos democráticos-formais da organização escolar; e neste sentido a sua existência constitui um elemento positivo e tranquilizador, e também legitimador da organização escolar. Parece mais importante enquanto resposta a um apelo democrático e participativo de tipo formal, e de tipo normativo-pedagógico, do que propriamente como expressão significativa de lógicas associativas e democráticas, ou como meio próprio a uma aprendizagem cívica e democrática/participativa.

Mas esta imagem organizacional feita de intermitências e de ausências, de informalidade e de não complexidade, de estruturas fluidas que ora emergem (como que *ad hoc*) ora se dissipam e se tornam invisíveis, corresponde a um paradigma organizacional bem distinto da burocracia-racional, de perspectivas mecanicistas, estruturalistas e sistémicas, antes fazendo apelo a interpretações mais próximas dos *modelos de ambiguidade* e às suas conhecidas metáforas (“sistemas debilmente articulados” e “anarquias organizadas”, entre outros).

Neste quadro analítico e interpretativo podem ganhar novos significados aqueles elementos mais *perturbantes*, como a aparente falta de objectivos claros, a participação fluida e a não participação, a ambiguidade do estatuto de associado, o carácter desconexo de muitas realizações e a ausência de um projecto antecipadamente desenhado, a transitoriedade das regras adoptadas e o carácter *plástico* das estruturas. Todo um conjunto de dimensões frequentemente associadas à não-organização ou, mais comumente, a uma representação de desorganização, mas com efeito fazendo apelo teórico a paradigmas organizacionais distintos dos tradicionais, que de resto vêm sendo aplicados ao estudo de várias organizações e, particularmente, da escola.

Só que no caso das associações de estudantes o grau de desarticulação e de desconexão relativas parece ser levado ao extremo, com a agravante de se tornar particularmente incongruente não apenas com as representações

dominantes de organização, e de associação e participação organizada, mas sobretudo incompatível com as lógicas escolares e pedagógicas que legitimam a participação dos alunos e a defesa dos seus interesses. Uma realidade organizacional que antecipa, por radicalização dos seus traços, a crise de um modelo social e escolar, ou a emergência de um modo organizacional novo ainda incongruente, e por isso pouco inteligível, face a um modelo tradicional de organização escolar?

Independentemente da resposta aquela questão, por ora difícil de equacionar, o que é possível afirmar é que uma realidade associativa com estes contornos vem evidenciando problemas diversos, mas também algumas vantagens. De entre os principais problemas destaca-se o de uma imagem organizacional débil face a representações dominantes de organização e a pressupostos, critérios e requisitos escolares que enfraquecem consideravelmente o impacto da associação e a sua força representativa e reivindicativa junto das autoridades escolares e de uma escola subordinada a outras lógicas. Mas também uma incongruência de fundo entre, por um lado, os valores e os princípios convocados para legitimar o papel das associações de estudantes, os requisitos formais impostos, os discursos produzidos pelos alunos e as suas práticas em tempo de campanha e, por outro lado, o modo organizacional construído e adoptado e as práticas recorrentes no exercício das actividades associativas. Uma lógica de representação e de reivindicação e defesa de interesses, de negociação política, parece pouco compatível com a informalidade e a não participação, com o estatuto ambíguo de associado, com a falta de clareza dos objectivos, com a deslocalização formal expressa pela não integração da associação no organograma da escola, ou até pela concorrência na função de representação junto dos órgãos escolares por parte de outros alunos, consoante está regulamentado.

Mas se daqui resulta a crise de um modelo de organização e de representação de interesses, não deixa por outro lado de resultar também um estatuto de ambiguidade que arrasta algumas vantagens, ainda que eventualmente mais potenciais do que efectivas.

Em primeiro lugar porque não é líquido que um padrão organizativo de tipo burocrático-racional possa alguma vez ser reproduzido por uma associação de estudantes na escola secundária, até porque se o viesse a ser isso alteraria profundamente as relações de poder entre órgãos escolares, professores e alunos. Mesmo apenas um acréscimo de formalização, nas actuais condições de subordinação e de falta de autonomia, contribuiria certamente para aumentar as zonas e os espaços de controlo hierárquico escolar sobre a associação.

Em segundo lugar, a ambiguidade e a fluidez referidas, ao desformalizarem as práticas associativas atenuam as pressões organizacionais e conferem maior margem de manobra, não apenas para ações eventualmente realizadas fora dos enquadramentos jurídico-normativos, mas sobretudo para uma *sobrevivência* baseada em distintas regras, alargando margens de liberdade. Assim, toda a formalização e todo o modo de funcionamento articulado e de forte conexão entre distintos elementos poderá ser visto como um obstáculo à simples continuidade, e ao mínimo de credibilidade, das práticas associativas existentes. Neste sentido, a não inclusão da associação no organograma da escola, bem como a ambiguidade do estatuto de associado, permitem igualmente escapar a uma certa lógica organizacional e hierárquica e até mais facilmente manipular as dimensões simbólicas de representação estudantil, não dependentes de estatutos claros ou de contabilidades rigorosas.

Porém, em termos globais, o maior dilema organizacional advém do facto de a *débil articulação* que caracteriza a associação de estudantes — em termos formais e estruturais, em termos de objectivos e de acções, em termos de relações internas e externas, e entre alunos representantes e representados, como entre alunos, professores e órgãos escolares —, salvaguardar a associação e as práticas associativas de maiores formas de controlo social e escolar mas, por outro lado, e parecendo contrariar a teoria, não permitindo até ao momento uma *adaptação mais localizada* ou mesmo uma recriação e reconstrução mais expressivas dos dispositivos organizacionais e das práticas associativas.

Assim, a desarticulação formal e a fluidez organizativa parecem contribuir para uma perda de influência e de capacidade de representação de interesses e de intervenção política no interior da organização escolar, mas simultaneamente dificultando o estabelecimento de vínculos formais de maior articulação e controlo sobre a associação; no entanto, os eventuais efeitos positivos desta desarticulação relativa e desta fuga ao controlo formalizado não parecem ocorrer de forma evidente face a práticas que não confirmam o esperado alargamento de margens de autonomia e a teoricamente previsível possibilidade de reinvenção do associativismo. Práticas que podem vir a ocorrer proximamente, assim contribuindo para ultrapassar o referido dilema e o actual impasse, mas que de momento não conseguimos ainda descortinar.

Em todo o caso, um movimento de possível ruptura com uma tradição anterior, plausível e até mesmo teoricamente esperado, face a uma situação de impasse e de crescente perda de significado de certas concepções e de certas práticas de associativismo estudantil na escola secundária.

## Referências

- Domingues, I., Torres, L., Sá, V. (1995). “A participação da associação de estudantes na gestão das escolas secundárias: enquadramento jurídico-normativo”. In Vários, *Ciências da Educação: Investigação e Acção (Vol. I)*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, pp. 555-562.
- Estêvão, C. V. & Afonso, A. J. (1995). “A condição dos estudantes do secundário e o associativismo em contexto organizacional”. In Vários, *Ciências da Educação: Investigação e Acção (Vol. I)*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, pp. 539-543.
- Gomes, C. A. (1995). “As organizações partidárias de juventude e o associativismo estudantil: os discursos de dirigentes nacionais e locais”. In Vários, *Ciências da Educação: Investigação e Acção (Vol. I)*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, pp. 563-568.
- Gomes, C. A. & Lima, L. C. (1992). “As organizações partidárias de juventude e o associativismo estudantil: a lógica da partidarização no quadro de um novo discurso e de uma nova estratégia”. *Revista Portuguesa de Educação*, Vol. 5, nº 3, pp. 49-80.
- Lima, L. C. (1988). *Gestão das Escolas Secundárias. A Participação dos Alunos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Lima, L. C. (1991a). “Planos, estruturas e regras organizacionais: problemas de focalização no estudo da escola como organização”. *Revista Portuguesa de Educação*, Vol. 4, nº 2, pp. 1-20.
- Lima, L. C. (1991b). “Produção e reprodução de regras: normativismo e infidelidade normativa na organização escolar”. *Inovação*, Vol. 4, nº 2 e 3, pp. 141-153.
- Lima, L. C. (1995). “Construindo um objecto: para uma análise crítica da investigação portuguesa sobre a escola”. In A. Estrela, J. Barroso, J. Ferreira (Orgs.), *A Escola: um Objecto de Estudo*. Lisboa: AFIR-SE/Fac. de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, pp. 9-28.

- Lima, L. C. & Afonso, A. J. (1990). "Participação discente e socialização normativa: na perspectiva de uma sociologia das organizações educativas". *Aprender*, nº 11, pp. 29-37.
- Palhares, J. & Veloso, E. (1995). "A participação estudantil em eleições associativas numa escola secundária". In Vários, *Ciências da Educação: Investigação e Acção (Vol. I)*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, pp. 545-553.